

INTELECTUAIS E ARTISTAS NAS ESTRATÉGIAS FRANCESAS DE “PROPAGANDA CULTURAL” NO BRASIL (1940-1944)

HOGO SUPPO*

Resumo: Este trabalho trata da dimensão universal da cultura francesa que serviu como uma arma de propaganda para o Estado e como militantismo patriótico e razão de ser para intelectuais e artistas exercendo suas profissões no estrangeiro. O fracasso do governo provisório da França era claramente contra as ditaduras. Era necessário apagar da história o período Vichysta, a nova França se identificava com os valores democráticos da Revolução Francesa, com a República.

1. Introdução¹

A presença da França no Brasil foi sempre uma presença qualitativa e não quantitativa e limitada principalmente ao mundo “cultural”. Mesmo a presença comercial francesa era estreitamente ligada ao “génie” particular da França: a exportação para a América Latina era “de produtos que são em parte produtos culturais, como os produtos da indústria de luxo, por exemplo as obras de arte, os perfumes, a alta costura, em suma tudo o que faz o prestígio dos artigos de Paris”².

A França tentou manter essa influência conquistada no plano da cultura. As estruturas básicas existiam desde o século passado : as escolas religiosas, a “Aliança Francesa”, o intercâmbio de conferencistas, as missões científicas e militares, etc. A estas se somaram, ainda no início deste século, as estruturas de uma verdadeira política cultural oficial. Por exemplo, a criação em 1908, pela Universidade de Paris, do Groupement des Universités et des Grandes Ecoles de France pour les Relations avec l’Amérique Latine; a criação em 1909 do Comité France-Amérique, paralelamente à criação, no próprio Ministère des Affaires Etrangères (MAE), do Bureau des Ecoles et des Oeuvres Françaises à l’Étranger, transformado em 1920 no Service des Oeuvres Françaises à l’Étranger.

Entretanto, essas iniciativas francesas resistências e mesmo oposições, num certo nacionalismo brasileiro que se afirmava, e em outros projetos culturais

que despontavam. A expansão norte-americana e as fortes presenças italiana e alemã significavam também outras opções e influências.

2. A “política cultural” do governo de Vichy

Após a assinatura do armistício franco-alemão de 1940, que levou o Estado francês a colaborar com a potência vencedora, o isolamento político francês, a perda de prestígio, e as limitações de uma França reduzida, em todos os sentidos, levaram o relações comerciais com o Brasil praticamente desaparecem a partir de janeiro de 1941, quando a Marinha Mercante brasileira proibiu aos navios nacionais navegarem nas águas territoriais europeias, com exceção daquelas da Espanha e de Portugal,³

O regime autoritário de Pétain fará das ações culturais um instrumento de propaganda política. Seu objetivo era conquistar as elites locais e por isso privilegiava a qualidade de seu produto contra a quantidade. No caso do Brasil, esta estratégia contava com a ajuda do Estado Novo, que silenciava pela censura as atividades dos partidários do General De Gaulle.

O Brasil era uma área estratégica para o novo Estado francês. O Conde René de Saint Quentin, antigo embaixador nos Estados Unidos, será seu novo embaixador. Personagem de primeiro “rang” na diplomacia francesa, ele representou o fim de uma política instável, onde o Brasil tinha visto passar quatro embaixadores nos seis anos anteriores.

No final de 1940 já realizava no Brasil, com o apoio do governo brasileiro, um certo número de eventos culturais franceses, como por exemplo a Exposição de Pintura Francesa, e as Missões Militar e Universitária. O governo de Pétain organizou sua ação a partir dessas bases, acrescentando dois grandes projetos de “tournées” artística, a do grupo de teatro “Louis Jouvet” e a dos “Petits Chanteurs à la Croix de Bois”. O primeiro, na linha tradicional de grandes espetáculos destinados às elites; o segundo, destinado ao público católico. Em ambos, o objetivo era provar que o novo governo, nascido da “collaboration”, defendia os valores eternos da França. A França não estava morta; bem ao contrário, ela se reencontrava consigo mesma depois da decadência republicana. Esta era a imagem a se propagar, mas não havia lugar para a cultura popular francesa.

2.1 Os professores franceses em “missão”⁴

Na discussão do orçamento do Ministério das Relações Exteriores francês para o ano de 1920 afirmava-se entre outras coisas:

“nossas letras, nossa arte, nossa civilização intelectual, nossas ideias, têm exercido em todo tempo uma poderosa atração sobre as nações estrangeiras. Nossos exercido em todo tempo uma poderosa atração sobre as nações estrangeiras. Nossos universitários e nossas escolas no estrangeiro são focos reais de propaganda a favor da França; elas constituem uma arma nas mãos de nossos poderes públicos. É por isso que o Ministério das Relações Exteriores e seus agentes do exterior devem dirigir e controlar as iniciativas, inspirar e favorecer a todo preço a penetração intelectual francesa, com a convicção de que ela é uma das formas mais seguramente eficazes de nossa ação no estrangeiro; ela é, com relação às diferentes nações, um dos meios mais ricos em recursos e um dos menos discutíveis de nossa política exterior”.⁵

A maioria dos docentes já estava no Brasil no momento da organização dos programas culturais do regime de Vichy. O envio dessas missões de docentes remontava ao início do século. O movimento se intensificou nos anos trinta e mais particularmente quando da criação da Universidade de São Paulo, em 1934, e da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1935. Esta política francesa atendia aos anseios de uma certa elite brasileira cujos projetos e ambições, por várias razões, passavam pelo âmbito cultural francês. Por exemplo, o projeto que originou a participação de professores franceses na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, era diferente daquela que originou a vinda do grupo de professores em “missão” em 1936.

No projeto paulista, tratava-se da criação e organização do departamento de ciências sociais e de seus cursos; no carioca, tratava-se da substituição, na Universidade do Distrito Federal, de professores brasileiros afastados durante os expurgos que se seguiram ao fracasso da insurreição da Aliança Nacional Libertadora, em 1935. E, logo após o fechamento desta mesma universidade, um terceiro projeto visava participação de mais um grupo de professores franceses na nova Faculdade Nacional de Filosofia. No primeiro caso, o projeto era liberal, numa estratégia de consolidação do Estado de São Paulo a nível nacional. No caso do Rio de Janeiro, os dois projetos correspondiam a uma política autoritária do governo federal, que podia ser incluída na chamada “modernização conservadora”, com importante participação da Igreja Católica.⁶

Essas missões foram organizadas pelo Service des Oeuvres Françaises à l'Étranger, sendo suas características e objetivos claramente definidos na nota seguinte:

“...uma necessidade essencial de toda propaganda francesa no estrangeiro reside na possibilidade do segredo. Mesmo na área intelectual, a colaboração

oficial com, por exemplo, os professores franceses destacados nas universidades estrangeiras ou com tal coletividade ou agrupamento estrangeiro amigo da França deve se exercer em silêncio.

Toda organização criada com grande esforço de publicidade, sem ser dotada de recursos realmente abundantes, unirá o máximo de riscos ao mínimo de eficácia. Ela corre o risco de criar obstáculos à ação de nossos representantes diplomáticos e consulares, de desconsiderar o esforço admirável e tão insuficientemente desconhecido de nossos professores e de nossos religiosos no estrangeiro, de dificultar a dedicação desinteressada de nossos amigos do exterior. A França não possui, efetivamente, poderosas e sólidas colônias em país estrangeiro da qual nós possamos nos servir, à maneira da Alemanha e dos italianos, como um dos meios de pressão sobre a política interna dos diferentes países dos diferentes países. Mas ela tem amigos fiéis; ela tem obras vivas. Devem ser apoiadas, documentadas, sem as comprometer”.

Concluindo, esta nota afirmava:

“...Enfim, esta política se articula a um método. Para suas realizações no estrangeiro, o Service des Oeuvres se sujeita a procurar sempre, não somente o consentimento de princípio, mas ainda, quando é possível, a participação positiva e mesmo a contribuição financeira dos países interessados. Desta maneira podemos dizer que o que é chamado comumente nossa propaganda, no seu aspecto mais importante, se faz em associação formal e ativa com o estrangeiro. Vê-se como sua ação pode ganhar em eficiência, em legitimidade mesmo”⁷

Esses professores foram então escolhidos de forma organizada, planejada. Eles eram orientados e encorajados a se transformarem em verdadeiros símbolos da cultura francesa⁸. Eles estavam influenciados pelo “*air du temps*” e, de uma forma ou de outra, eles estavam conscientes do papel que lhes incumbia, mesmo se, evidentemente, os interesses profissionais ou pessoais tivessem um certo peso. A guerra os colocava numa situação difícil: como representar seu país e ao mesmo tempo, não se solidarizar com seu governo era, também, seu padrão?

Os membros das missões laicas estavam marcados pelo que Albert Salon⁹ chamou de “messianismo civilizador e ideológico”, quer dizer, um conjunto de “mitos e idéias força”, que justificavam e explicavam suas ações. Para este autor,

“os intelectuais, que se preocupam mais com a França e com sua vocação depois da primeira guerra mundial, podem ser quase todos situados na categoria da direita nacionalista, de preferência cristã, católica, romana, latina e cartesiana. A fé católica, a claridade latina, o vigor do pensamento, a rejeição da leveza e da vaga romântica “à alemã”, o racionalismo, a lógica cartesiana, são as vias

quais eles proclamam ou reconhecem a universidade da cultura francesa".¹⁰

O regime pétainista faz tudo para mantê-los nos seus postos. Jérôme Carcopino, Secretário de Estado para a Instrução Pública de 1941 a 1942, escreve nos seus *Souvenirs de sept ans*, publicado em 1953, que durante esses anos, "nossas missões nas universidades brasileiras, do Rio de Janeiro e de São Paulo, não haviam sido nunca tão escutadas".¹¹

As razões desta atenção especial estavam ligadas às dificuldades de repatriar os professores e à necessidade de conservar uma presença francesa nessa região. Foram então dadas instruções para a renovação desses contratos com as universidades brasileiras e o manutenção dos postos de trabalho na França.¹²

Em relação a essas questões, o professor Jacques Lambert enviou uma nota a Saint Quentin na qual ele indagava em que orçamento eram consignados os vencimentos dos professores destacados no Rio e se seus direitos à aposentadoria eram salvaguardados no novo regime.¹³ Nesta nota, J. Lambert faz um histórico das missões universitárias francesas no Rio:

"A Universidade do Distrito Federal, da qual a Universidade do Brasil é continuadora, queria exclusivamente professores que ensinassem numa faculdade francesa: como esses hesitavam geralmente em abandonar suas cadeiras por um tempo longo, o Ministro da Instrução Pública brasileiro aceitava as missões de curta duração, geralmente de maio a novembro, que se renovavam a cada ano, com professores diferentes.

Esta ausência, reduzia a alguns meses, essencialmente meses do verão francês, permitia ao professor, com alguma complacência da parte do decano da sua universidade, assegurar seu serviço na França, entre os meses de dezembro e abril. Nenhuma formalidade administrativa da parte do Ministério da Instrução Pública francês acompanhava essas missões. O exercício do magistério sendo assegurado na França, o vencimento era depositado na França, na sua universidade, como se nada tivesse acontecido.

Este tipo de missão era muito procurado pelo Service des Oeuvres, porque era o mais econômico. (...) tudo isto se fazia em virtude de convenções, às vezes escritas, mas freqüentemente verbais; desta maneira, tudo era perfeitamente normal, uma vez que não se tratava de compromisso no estrangeiro, mas de uma missão única, cujas condições podiam ser todas diferentes, seguindo a situação pessoal de quem a aceitaria no ano seguinte.

Quando eclodiu a guerra, a nova Universidade do Brasil, que substituiu a Universidade do Distrito Federal, à qual nós tínhamos acabado de chegar, no mês de setembro, para uma missão que devia terminar em novembro, nos pediu

para assinar um contrato de três anos, o que significou uma mudança nos seus métodos. O Service des Oeuvres, consultado, nos pediu que aceitássemos”.¹⁴

A preocupação maior de J. Lambert foi então de regularizar a situação administrativa e não de discutir os objetivos da missão “prolongada”.

A maior parte dos professores estava de acordo com a decisão do governo vichysta de ficar no Brasil. alguns chegaram mesmo a fazer uma solicitação neste sentido, como os professores Poirier e Ombredane¹⁵, enquanto outros já haviam sido contratados por um período mais longo.

Porém, a situação desses professores era muito delicada: eles dependiam economicamente de dois governos autoritários e solidários no plano ideológico. Até a Conferência do Rio de Janeiro de 1942 e a entrada na guerra dos Estados Unidos, o Governo brasileiro reprimiu toda atividade contra o governo Vichysta. Seria difícil generalizar o comportamento dos professores; podemos simplesmente balizar aqui e ali o trajeto de alguns dentre eles para mostrar que, se por um lado, e apesar de algumas exceções, todos foram contra Vichy, por outro lado, e paradoxalmente, sua ação “cultural” se integrava à política cultural do governo francês.

A política cultural Vichysta se dirigia às elites brasileiras, e nisto há uma linha de continuidade com as políticas anteriores. Os produtos culturais são os mesmos, mas não têm a mesma credibilidade anterior: a derrota e a colaboração ofuscaram a imagem francesa. Entretanto, esta política cultural não é uniforme. Duas práticas diferentes chegam mesmo a se opor, a do Consulado Geral em São Paulo e a da Embaixada no Rio.

A política do cônsul francês em São Paulo:

Em 20 de março de 1941, um novo Cônsul Geral é nomeado para o Consulado de São Paulo: Pierrotet, fervoroso partidário da “Révolution Nationale”. Quatro meses após sua chegada, ele concluiu que o problema da colônia francesa de São Paulo era o número excessivo de judeus: 700 dos 2.000 franceses registrados, ou seja 30%. Ele propunha, entre outras medidas, a aplicação das leis em vigor na França: por um lado, a desnaturalização dos dissidentes, e por outro, a obrigatoriedade da menção “religião ou raça” em todos os pedidos de registro, de passaporte, etc.”.¹⁶

Pierrotet empregou todos os meios para desencorajar os dissidentes do regime Vichysta, como a negação de passaporte e a anulação das subvenções às associações, chegando até mesmo a conseguir a perda da nacionalidade do chefe gaullista de São Paulo, Jacques Funke. Algumas dessas medidas foram

apoiadas pelo governo francês, a quem se dirigia diretamente, sem passar pela embaixada.

Num balanço sobre a situação dos professores, ele definiu, numa carta datada de 27 agosto de 1941, o que entendia por política cultural:

“[A] Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, de criação relativamente recente, foi instituída (no tempo do regime liberal-democrático que precedeu o governo autoritário do presidente Vargas) para obstaculizar a ação da Faculdade Católica de Filosofia dos Beneditinos. O corpo de professores é em maioria estrangeiro: setefranceses, vários italianos, alemães (judeus) naturalizados brasileiros, um inglês. Esta faculdade só tem uma pequena influência nos meios brasileiros e não contribue para formar as elites dirigentes, que saem da Faculdade de Direito, no Brasil como em todos os outros países da América do Sul; é também lamentável que nós não tenhamos penetrado na Faculdade de Medicina, tão importante quanto a Faculdade de Direito. Da Faculdade, Ciências e Letras saem somente professores do ensino médio, que não posuem de modo algum no Brasil, na hierarquia social, a influência moral que podem ter nossos professores de liceu na França.

Não é bom, de outra parte, ter enviado aqui para exercer as funções de professor de faculdade, professores franceses do ensino secundário (à exceção dos professores Hugon e Gagé), vários estão aqui há muitos anos e desejam com apreensão o retorno à França, com condições de vida material e profissional muito menos agradáveis. Não é impossível - dadas as circunstâncias políticas - que alguns fiquem definitivamente no Brasil e se naturalizem brasileiros (o que lhes foi oferecido em julho de 1940). Se isto viesse a acontecer, a expansão da cultura francesa não ganharia em nada.

Cinco dos sete de nossos professores são protestantes. Outro inconveniente grave num país totalmente católico e onde o clero tem um papel predominante, pelo maior bem do país. O estado de espírito de nossos professores em geral, e o fato de que eles tenham sido escolhidos com o aval dos meios brasileiros e franceses de “esquerda”, os têm levado a ligar-se em São Paulo com esses mesmos meios brasileiros, eliminados dos postos oficiais pelo governo Vargas, e a se encontrar, em consequência, numa situação instável (só Hugon, chegado recentemente, pôde e soube relacionar-se com os meios católicos, que são os mais úteis para nós nas circunstâncias presentes). E esta situação levou inevitavelmente os outros seis professores a dar apoio ao comitê “gaullista” de São Paulo.”¹⁷

Pierrotet propunha, para acabar com esta situação, um controle mais rigoroso das atividades dos professores, o aumento de seus salários franceses

e a nomeação de professores universitários de direito, de economia política, de medicina e de ciências. Ele sugeria ainda que estes últimos fossem “professores católicos”. Por afinidade ideológica, ele se identificava totalmente com os professores Paul Hugon e Georges Raeders. Este último, apesar de seus títulos de “licencié ès-lettres” e de Doutor da Universidade de Paris, não ocupavam nenhuma cadeira, sendo apenas o diretor do Liceu Pasteur (ex-Franco-Brasileiro) de São Paulo.

A política do embaixador francês :

Ao contrário, a política do embaixador Saint Quentin foi de um anti-gaullismo moderado, e, apesar de sua adesão à política de Pétain, soube conservar uma certa autonomia. Os conflitos com Pierrotet não tradaram a se produzir. Saint Quentin era oposto às medidas racistas propostas por Pierrotet, não porque não fosse anti-semita, mas sobretudo por razões de ordem política.

Ele valorizava em sua justa medida a presença dos professores no Brasil. Para ele, tratava-se de conservar os interesses da nação francesa acima de toda posição política ou ideológica, e para isto fazia tudo para mantê-los em seus postos, consciente de que eles eram os seus melhores colaboradores:

(...) “eu conheço todos, evidentemente. Todos merecem estima, muitos, amizade, Alguns, admiração”(…) “foram necessários esforços incríveis, fazer intervir vários ministros, jornalistas, mulheres, etc ... Para fazer renovar todos os contratos, salvo o do professor Gros que está sempre a reboque, mas que nós talvez consigamos antes do fim dos cursos”.¹⁸

Dentre os docentes, alguns estavam conscientes do seu papel e importância. Assim, quando os professores Ombredana, Lambert, Gros et Bon solicitaram no final de 1942, um aumento de salário, eles afirmaram:

(...) “é difícil compreender que professores do ensino superior cuja ação não somente tem conservação mas amplificado sua eficacia no estrangeiro, recebam um ordenado francês muito inferior ao do sub oficial dactilógrafo do adido militar!” (...) tendo em conta o “esforço contínuo pela salvaguarda da cultura francesa num lugar longínquo.”¹⁹

Saint Quentin se preocupou sobretudo pelo destino dos professores Lambert, Bon e Poirier. O primeiro porque “pelo seu ensino, suas conferências e seus artigos, esse professor exerce uma ação muito útil, particularmente nos meios católicos”²⁰.

Em uma viagem a São Paulo em maio de 1941, Saint Quentin conversou com estes professores. Estes reclamavam o título de “maîtres de conférences”,

a fim de poderem se nivelar aos salários e ao prestígio dos professores italianos.²¹ Uma “pequena” promoção lhes foi concedida pelo decreto de 04 de dezembro de 1941. ²²Pierrotet, não estando de acordo, solicitou ser consultado no futuro. De imediato propôs deferir “na medida do possível a promoção de Roger Bastide, Bonzon e Monbeig”.²³

No final de 1941, o Service des Oeuvres Françaises à l’Etranger ordenou um inquérito sobre o comportamento político dos professores com o objetivo de punir os eventuais “dissidentes”. Saint Quentin, ainda que bem informado sobre as atividades dos professores, respondeu que todos estes estavam articulados à política oficial. A razão era muito simples: a embaixada só tinha conseguido a prorrogação dos contratos dos professores até o final de 1942, graças a grandes esforços e “se um de nossos professores retornasse antes dessa data por razões políticas ele não seria certamente substituído por um francês.”²⁴

A ação de Pierrotet foi radicalmente oposta: convocou todos os professores e pediu o retorno imediato dos dissidentes. Segundo ele, dois tipos de comportamento poderiam se observar: o de professores com uma “atitude perfeita”, como Hugon, Arbousse-Bastide, Roger Bastide, Maugué, o casal de professores Gouze e Raeders, e o de professores com uma “atitude extremamente criticável”, como Bonzon, Gagé, e Monbeig, ²cujas opiniões gaullistas são notórias assim como suas relações com o Consulado Geral da Inglaterra e o “Comitê Gaullista”.²⁵

Pierrotet tinha uma política seletiva em relação aos professores. Para Roger Bastide, que ele classificava na primeira categoria, pede uma subvenção ao CNRS (Conselho Nacional de Pesquisa Científica), para financiar uma viagem de estudos ao nordeste do Brasil tendo como objetivo uma pesquisa necessária para acabar sua tese de Doutorado, e paralelamente comprar objetos destinados ao Museu do Homem.²⁶ O cônsul de São Paulo tinha ficado vivamente impressionado por um artigo publicado no O Estado de São Paulo, em 15.06.41, de autoria do sociólogo francês: “A vida literária na França depois da guerra”. Neste artigo afirma por exemplo que “todo mundo percebe que uma grande época começa para a França”. Uma França que continuará a “rayonner” já que “nenhum outro povo pode transmitir ao mundo a mesma mensagem espiritual que a França”. Pierrotet considera o artigo “notável” e “particularmente apropriado para uma difusão em todos os países americanos”.²⁷

Alguns meses depois, o Cônsul ficou surpreso ao saber²⁸ que o professor Roger Bastide tinha participado da recepção organizada pela Escola Livre de sociologia e Política em homenagem ao professor inglês Radcliffe-Brown, da Universidade de Oxford, em sessão de um ano no Brasil. Roger Bastide se

aliava assim aos inimigos da “Révolution Nationale” ... Paul Hugon será o aliado perfeito do Cônsul, que o considera como:

“o melhor de nossos professores franceses em São Paulo. A perfeita dignidade de sua vida privada, sua alta inteligência, seus dons oratórios, a influência moral e intelectual que ele adquiriu nos meios brasileiros (políticos, econômicos e religiosos) e que ele utiliza da melhor maneira possível para defender os interesses franceses, o têm colocado desde há três anos, e de longe, no primeiro lugar”.²⁹

Mas, justamente em razão de sua política sectária e intolerante, Pierrotet criará um vazio à sua volta.

No início de 1942, foi criado um Centro de Estudos e de Informação para as Relações com a América do Sul, ligado à Ecole Libre des Hautes Etudes Française, criada pouco tempo antes em Nova-York, e dirigida por Claude Levy-Strauss. “À parte algumas exceções, todos os membros desta escola são de tendência gaullista e totalmente opostos à ação de nosso governo”³⁰, alerta o embaixador francês nos Estados Unidos. Este Centro de Estudos procurou logo a adesão dos professores instalados no Brasil, o que alarmou o Service des Oeuvres³¹. Uma parte importante dos professores aderiu.

O embaixador francês “rompe” com Vichy

O governo de Pétain, logo após o desembarque das tropas americanas em 8 de novembro de 1942 no Norte da África, cortou as relações diplomáticas com os Estados Unidos. A Alemanha ocupou toda a França alguns dias depois. Tudo se precipita entre janeiro e junho de 1943, data da vitória da “France combattante”. Três governos reivindicavam a representação da nação francesa. No entanto a situação no Brasil tinha suas particularidades.

O Brasil tomou claramente partido do lado dos Estados Unidos e seguiu a recomendação da Conferência do Rio de Janeiro (Janeiro de 1942) de romper com o Eixo. Em troca do rearmamento de seu exército pelos Estados Unidos, o Brasil apoiou todas as propostas americanas.³² Nos meses seguintes, a questão da ruptura das relações diplomáticas com Vichy foi muito discutida. Em junho de 1942 tudo indicava que o pior iria se produzir. Saint Quentin propõe entrar em contacto com as autoridades suíças no Rio para desde então organizar a proteção dos interesses franceses.³³

Nesta situação-limite, mesmo quando o correio de Vichy destinado ao Brasil estava bloqueado em Lisboa³⁴, a preocupação principal de Saint Quentin era o destino dos professores em missão no Brasil. Ele escreve: “o caso mais interessante é o dos membros do ensino francês que lecionam nas universidades

brasileiras.” Como o Ministério da Educação brasileiro era favorável a sua permanência, resta a fazer tudo para os impedir que passem à “dissidência”. Era necessário, dizia o embaixador, dar à Legação Suíça as condições de poder continuar “a lhes pagar as gratificações que lhes são asseguradas atualmente pelo Departamento e o Ministério da Educação Nacional.”³⁵

Com a adesão de Saint Quentin ao General Henri Giraud, os professores passaram a depender administrativamente de Argel. O Secretário das Relações Exteriores francês em Argel escreve:

“...estimado que é de u interesse vital para a conservação de nossa posição moral no Brasil que as obras universitárias francesas existentes neste país conservem suas atividades como se estivessem em período de armistício ou em tempo de paz, eu dei instruções aos professores subordinados anteriormente ao Ministério das Relações Exteriores de Vichy, para permanecerem no mesmo lugar e continuarem em serviço.”³⁶

É muito revelador que, qualquer que fosse a situação política, a questão dos professores continuava a ser primordial.

Saint Quentin enviou a Argel informações detalhadas sobre os 22 professores em missão no Brasil:

“...todos têm relações corretas, e geralmente amigáveis, com a embaixada e os consulados, do Rio ou de São Paulo. Eles têm sido, nos últimos três anos, o objeto de instigações prementes da parte das organizações da “France Libre” ou Combattante” que não os pouparam nem de promessas, nem mesmo de ameaças. Alguns cederam. Dois partiram, um para o Levante³⁷, eo outro para Londres³⁸. Um outro se alistou e pode partir de um momento a outro. Mas, salvo o professor Wormser, nenhum deles pode ser considerado como um militante da “France Combattante”.

Ao mesmo tempo, cinco dentre eles Poirier, Lambert, Ruellan, Hugon, Michel Simon, os quatro primeiros oficiais de reserva, o quinto reformado n° 1, anunciaram a nosso adido militar seu desejo de ir para a África do Norte”.³⁹

Saint Quentin propõe toda uma estratégia para mantê-los sob sua influência; graças à sua iniciativa os salários tinham sido aumentados uniformemente em 50% a partir de 1° de fevereiro de 1943, “data em que a embaixada e os consulados recuperaram sua independência com relação ao orçamento do Estado francês”.⁴⁰

Nos planos de Saint Quentin, a Universidade de argel deveria tornar-se o novo núcleo de vinculação universitária, substituindo o Ministério da Educação Nacional. Suas prioridades eram: confirmar o professor F. Strowski na função de responsável pelos exames do “Baccalauréat” francês no Brasil; regularizar

a situação administrativa dos docentes, e sobretudo fazer admitir.

“...nos quadros do ensino público Georges Raederstorffer, chamado Raeders, diretor do Liceu Franco-Brasileiro de São Paulo. Este professor, que goza de uma excelente situação pessoal, constitui seguramente, pela sua dedicação profissional e patriota a toda prova, um dos melhores artesãos da obra francesa no Brasil.”⁴¹

Não obstante, a maioria dos professores é hermética aos planos de Saint Quentin, sem portanto militar pelo gaullismo.

O embaixador francês não adere ao General De Gaulle

Após a ruptura das relações diplomáticas entre a França de Vichy e os Estados Unidos, Saint Quentin se encontrou numa situação insólita. O Governo de Vichy tinha-lhe ordenado retornar à França ou, em todo caso, ir a Buenos Aires e aguardar novas instruções. Saint Quentin preferiu uma outra solução: ficar e aderir ao governo do General Giraud, constituído no norte da África.

O governo brasileiro mais uma vez seguiu os Estados Unidos nesta questão, apoiando o General Giraud e seu representante no Brasil⁴², ao mesmo tempo que conservava com os gaullistas uma grande tolerância. Em 16 março de 1943, o governo brasileiro, por intermédio do seu enviado especial a Argel Vasco da Cunha, reconheceu Saint Quentin como o representante da França, uma França que “se encontrava em Argel”, “com todos os privilégios diplomáticos”.⁴³ Reconhecimento de fato, já que não houve comunicado oficial.⁴⁴

Para Saint Quentin, a situação parecia ficar cada vez mais clara e segura: os Estados Unidos apoiavam o General Giraud e ele próprio era apoiado pelo governo brasileiro.

Era necessário agir rapidamente para consolidar a situação. Em março de 1943 o diplomata enviou a Giraud um histórico do Serviço de Informação e Imprensa da embaixada e lhe propôs um plano de ação nesse domínio. Era imperativo aproveitar o capital “afetivo” que a França tinha no Brasil, pois a França, escreveu o diplomata,

“...gozou sempre aqui de grandes simpatias. No fundo do seu coração, o brasileiro só quer sem dúvida amar o povo que foi sempre para ele o campeão dos nobres ideais e das causas justas, o condutor intelectual do mundo e o distribuidor universal de prazeres.”⁴⁵

Saint Quentin contactou o representante do General De Gaulle para a América do sul, Albert Ledoux, e lhe propôs trabalhar em comum acordo durante esse período de transição. Tratava-se de salvar os interesses da França.⁴⁶

Ledoux não aceitou, considerando que a embaixada estava ocupada de uma forma ilegítima por Saint Quentin, que não tinha em consequência nenhum poder para negociar.⁴⁷

Entretanto, entre Argel e Londres uma aliança tinha sido estabelecida: o Comité Français de Libération Nationale (CFLN) foi criado em 3 de junho. A embaixada no Rio será seu interlocutor privilegiado no Brasil e em consequência Saint Quentin será durante alguns meses o representante oficial do Comitê de Argel.

Um período de lutas começou entre os ex-Vichystas e os gaullistas de primeira hora. Estes últimos reclamavam a saída dos primeiros, considerandos como traidores e inimigos, luta de “*épuration*” (depuração) que durou vários meses, mesmo vários anos. A tomada do poder político do CFLN pelo General De Gaulle em junho de 1943 e a retirada do General Girard, foram determinantes para acabar com esta situação. Foi enviado ao Brasil um único representante da França, Jules-François Blondel, que assumiu oficialmente seu cargo em 11 de outubro de 1943, na qualidade de Delegado do governo Provisório da República Francesa no Brasil⁴⁸, com estatuto de embaixador.⁴⁹

3. A “política cultural” do CFLN no Brasil

Para o CFLN era o momento de se fazer um balanço de mais de três anos de política Vichysta, e de determinar as grandes linhas da ação futura. O balanço econômico era negativo; a França se encontrava numa situação comercial de bloqueio por causa da falta de meios de pagamento no Brasil: “os pagamentos em dólares americanos são excluídos de qualquer forma em razão de nossa pobreza em dólares. Os pagamentos em libras esterlinas só seriam possíveis com a autorização do governo britânico”. Era preciso esperar a liberação do território francês para poder restabelecer as ligações comerciais com o Brasil.⁵⁰ Em relação aos investimentos franceses, o governo carecia de estudos aprofundados. As empresas francesas de serviço público tinham praticamente desaparecido, as estradas de ferro e os portos tinham sido retomados pelo governo brasileiro.⁵¹ Uma nota do final de 1943 afirmava:

“...as elites sul-americanas, tão ligadas tradicionalmente à nossa cultura, têm continuado a procurar nossos educadores, nossos professores, nossos artistas e a esperar as diretrizes do pensamento francês. Na maioria desses países, o domínio norte-americano aumentou, nos aspectos militar, comercial, financeiro, industrial e, em certos casos, cultural. Procurando limitar a extensão desta ação que, em muitos casos, lhes é vantajosa ou mesmo indispensável, muitos dentre

eles desejam, contudo, reservar à ação desinteressada da França e à cultura francesa, o domínio do espírito.

Nós temos podido promover, graças às subvenções de Londres ou de Vichy, a maioria de nossas obras e educadores. Nossas posições são ainda bem sólidas e podem servir de ponto de partida a novos “rayonnements.” A nota concluía:

“O apego muito particular do Brasil e da elite brasileira à França e à sua cultura tem levado o governo do Presidente Vargas a adotar, em relação à França, uma política de realismo amigável. Tendo conservado com os Vichistas relações cordiais até novembro de 1942, e tendo ao mesmo tempo entabulado relações oficiosas com a “France Combattante” em junho de 1942, o governo brasileiro não quis jamais cortar relações com a França.

O envio, em março de 1943, de um delegado especial à Argélia, a ação do Ministro das Relações Exteriores do Brasil junto ao governo de Washington para favorecer o reconhecimento do Comitê, são o testemunho do interesse que tinha suscitado nos meios oficiais brasileiros a entrada do Império Francês da África na guerra ao lado dos Aliados.

O governo do Rio estima que o Brasil deve ser, no seio das nações em guerra, o porta-voz da latinidade, e considera a obra colonial francesa como uma manifestação do gênio latino.”⁵²

Em poucas linhas são deteminados os elementos de uma verdadeira política cultural, continuadora da política de Vichy. em oposição aos Estados Unidos do progresso e do materialismo, a França espiritual, a França eterna, oferece sua cultura desinteressada. O único ponto litigioso é a questão da representação da latinidade, até então monopólio da França

O professor Maurice Byé foi o primeiro a aderir ao movimento gaullista, e em 1942 deixava o Brasil para se reunir às Forças Francesas no Levante. Num relatório datado de maio de 1942, ele descrevia a situação geral no Brasil e em particular as relações franco-brasileiras com uma clareza extraordinária. Ele faz um histórico dessas relações, concluindo que antes da guerra o Brasil representava “uma das partes mais valiosas deste império cultural francês que, mutio mais que nosso império colonial, nos conferiu durante três séculos o estatuto de “grande nação”.”⁵³ (sublinhado no original). Apesar do desespero “patético” dos brasileiros frente à derrota francesa, M. Byé é otimista em relação ao futuro das relações franco-brasileiras, graças à ação do movimento da France Libre”. Ele lembra ter sido consultado pelo Ministro da Educação por ocasião da reforma do ensino secundário brasileiro, em 1942. Graças à sua ação e à dos francófilos brasileiros, a língua francesa conservou um lugar importante no

ensino brasileiro:

“...eu pude obter o aumento das horas dedicadas ao francês que será doravante ensinado de maneira obrigatória durante 7 anos, coisa jamais vista no Brasil. Eis aí então um país, onde nós podemos dizer que em boa parte graças a nós, a posição da cultura francesa, por um futuro ilimitado, encontra-se fortalecida em pleno período tenebroso.”⁵⁴

Maurice Byé participou, de fato, de forma intensa na elaboração da política da educação brasileira: por exemplo, fez parte, com Eugênio Gudim e Otávio Gouveia de Bulhões, da comissão que apresentou, em 13 de maio de 1941, um novo projeto de Curso superior de Ciências Econômicas ao ministro Capanema.⁵⁵

O professor André Gros aderiu, por sua vez, às forças gaullistas. Ele também escreveu um relatório muito interessante sobre a situação no Brasil, no qual sustenta que a França deve manter sua imagem tradicional no Brasil:

“... esta posição francesa clássica pode se definir por uma velha amizade tradicional, as invocações à França, defensora da liberdade dos povos, e país dos grandes gestos heróicos e desinteressados. É por este lado sentimental que nós temos sempre atingido os meios dirigentes do Brasil; isto nos aproxima, com efeito, da tradição “fidalgos” dos primeiros conquistadores portugueses.

Cada vez que tentarmos nos afastar dessas imagens de “Epinal”, provocaremos o assombro, senão a suspeita.

Em consequência, se entende a atitude brasileira atual diante das diversas posições francesas. Não somente os brasileiros não querem tomar partido, o que é bem brasileiro, mas esta atitude tem um significado mais profundo. Os elementos sensíveis à cultura francesa estão a favor da “France Libre”; a elite (2.000 pessoas aproximadamente) não quer prejudicar nenhum francês, porque não se critica um amigo e todo francês é, só pela sua nacionalidade, um amigo. Aspecto essencial que explica toda a história das relações entre Saint Quentin e o Itamaraty (discurso do Ministro Oswaldo Aranha sobre a impossibilidade de cortar relações com França e a situação de Ledoux).

Em consequência, não se pode esperar dos dirigentes uma tomada de posição; além do que, Washington os impediria. Em compensação, todas as questões de ordem individual são resolvidas com o maior desejo de facilitar as coisas e o de prestar serviço (situação pessoal, tal como a missão militar conservada até o final de 1940, arranjo feito para o General de Lavalade, os 15 professores franceses do ensino superior mantidos nas universidades brasileiras). O perigo de um enfraquecimento da posição francesa vem, de uma parte, da decepção de certos intelectuais em relação à França que os têm frustrado e, de outra, da atração dos jovens pelos Estados Unidos, que fazem tudo para os atrair (bolsas

de estudo - propaganda pelo cinema). A situação desesperada do livro e do teatro francês é um perigo suplementar. Foi necessária a intervenção de três professores franceses do Rio junto ao Ministro da Educação para conseguir manter o francês como língua obrigatória no ensino secundário, à época da reforma de julho de 1942. Me parece possível desenvolver os elementos favoráveis de influência francesa no Brasil. A sociedade joga um papel essencial num país de governo quase colonial, onde as grandes famílias conservam ainda um poder pessoal. É ainda fácil manter o prestígio francês pelas relações pessoais com essas famílias. A imprensa tem um papel relativamente modesto: o maior jornal do Rio tem uma tiragem de 80.000 exemplares - 90% da imprensa é atualmente indiferente aos problemas franceses em razão das ordens da censura: algumas brilhantes exceções, Costa Rego, Cardin. (...)

Se possível, enviar duas ou três vezes por ano um conferencista escolhido entre os grandes militares ou os sábios conhecidos e reputados internacionalmente, e de preferência conhecidos no Brasil (grande sucesso do coronel Gounouilhox). Ainda uma vez, tudo se faz pelo contato pessoal com os dirigentes.⁵⁶

A. Gros concluía sua nota sublinhando os futuros pontos de união entre a França e o Brasil: o abastecimento da França logo após a liberação, e a resistência à dominação norte-americana. Entretanto, "... sobre um ponto, pode haver oposição entre a política francesa e a política brasileira: o presidente Vargas se coloca, com efeito, como o defensor do catolicismo latino, não somente na América, mas no mundo, e é estimulado pela Ação Católica Brasileira que imputa a derrota da França à sua descristianização".⁵⁷

A política futura da França não deve se opor radicalmente aos Estados Unidos; ao contrário:

"...toda a força, como efeito de nossa posição no Brasil, repousa de hoje em diante, sobre o aspecto de "elemento de equilíbrio" que nós representamos no futuro para contrabalançar a influência dos Estados Unidos. Numerosos dirigentes brasileiros têm medo de ver o Brasil transformado no "Egito da América do Sul".

Na medida em que, pela conservação de nossos elementos culturais e por uma política de compreensão amigável, nós poderíamos dar a impressão de que o Brasil terá na França um apoio; no momento dos ajustes de contas depois da guerra, um acordo parece fácil de realizar. O aspecto antigo, um pouco protetor, de nossa atitude em relação ao Brasil deve ser completamente esquecido.⁵⁸

Jules-François Blondel, imediatamente depois de sua chegada ao Brasil, estabeleceu como prioridade a manutenção dos professores franceses, inclusive conservando alguns daqueles denunciados por todos como ex-Vichystas,

como o professor F. Strowski.⁵⁹ A missão universitária francesa no Brasil é a mais importante que existe no mundo.⁶⁰ como os contratos desses professores nas universidades de São Paulo e do Rio expiravam em 31 de dezembro de 1943, era necessário, a qualquer preço, fazê-los renovar pelo governo brasileiro. esperando a regularização, Blondel continuaria a pagar seus salários⁶¹. As estruturas necessárias para esta nova política foram imediatamente organizadas por Blondel. em dezembro de 1943 foi criado um serviço de Informação; seguido alguns meses depois por um Serviço Cultural. A título provisório, Blondel propunha dois candidatos à direção destes dois serviços, na qualidade de adidos: Arbousse-Bastide para o primeiro, e Jacques Lambert⁶² para o segundo.

3. 1. O Serviço de Informação

O professor Arbousse-Bastide morava há nove anos no Brasil e desde setembro de 1940 tinha aderido à “France Combattante”⁶³, sendo fundamental seu papel na montagem da política cultural francesa. Notemos que, apesar de suas simpatias gaullistas, ele soube conquistar as simpatias do Cônsul Pierrotet, cujas ações em favor da “Révolution Nationale” foram já descritas. Em 1942, o Cônsul classificou Arbousse-Bastide no grupo dos professores com uma “atitude perfeita” e, em 26 de março, enviou ao Almirante Darlan uma nota⁶⁴ preparada pelo próprio Arbousse-Bastide, onde este apresentava seus “diversos trabalhos pessoais e atividades de propaganda”. Ou seja, do seu, do seu compromisso: ele havia sido presidente da Aliança Francesa de São Paulo e presidente da Comissão de Estudos do Liceu Franco-Brasileiro e participado ativamente da vida política brasileira posicionando-se, em diversas ocasiões, sobre a organização do sistema educacional do país⁶⁵. Desfrutava de uma grande estima da parte dos intelectuais brasileiros e havia, por exemplo, escrito o prefácio, **em francês**, do livro de Gilberto Freyre Um engenheiro francês no Brasil, de 1940.⁶⁶

Para Blondel, Arbousse-Bastide era a pessoa ideal. Em março de 1944, este foi nomeado como adido para a Informação⁶⁷. As condições nas quais ele assumiu o posto eram ideais: com o acordo da Universidade de São Paulo, Arbousse-Bastide, apesar de ser afastado da Universidade, conserva sua cátedra. ⁶⁸O novo serviço se encarregaria da edição de um boletim destinado à imprensa e a “ação pessoal fará o resto”.⁶⁹ A propaganda do Serviço de Informação se faria fundamentalmente sobre “o novo evangelho da França no combate, em renovação, no trabalho”, uma França que aderiu massivamente ao General de Gaulle, símbolo da resistência.⁷⁰

3. 2. O Serviço Cultural

Em janeiro de 1943 Blondel propôs, a título provisório, a criação de um Serviço Cultural junto à embaixada. Segundo ele, o candidato ideal deveria ter muito tato, uma vez que o Brasil “tudo é longo e difícil em razão da indolência tropical, e onde, em conseqüência, as pessoas aproveitam de todas as oportunidades para permanecerem inertes”. Tal candidato deveria ter também “muita habilidade para exercer uma suficiente pressão sobre o mecanismo essencial, que é o amor próprio do brasileiro. cultivar individualmente um número suficiente de pessoas em todos os meios, tal é praticamente o papel de um adido para os negócios culturais franceses neste país.”⁷¹

Foi entre os professores franceses J. Lambert, por seu “prestígio” e “estima”.⁷² J. Lambert ocuparia suas novas funções conservando, com o acordo da Universidade do Rio, sua cátedra e seu salário.

No entanto, o candidato escolhido pelo Service des Oeuvres foi o professor Raymond Warnier;⁷³ o novo⁷⁴ adido cultural chegou ao Rio em 13 de maio de 1944.

Blondel não tinha esperado a organização do serviço para desenvolver uma ação de apoio às manifestações culturais francesas⁷⁵. Foi o caso, por exemplo, dos professores Ruellan, no Rio, e Monbeig, em São Paulo, ambos financiados pelo governo brasileiro em suas missões de estudos geográficos, o primeiro no Paraná e o segundo na região do nordeste do Brasil. Blondel requereu uma subvenção suplementar para eles ao Service des Oeuvres⁷⁶; a medida se justificava, segundo o diplomata, já que “estas viagens que fazem ressaltar a autoridade e a popularidade de nosso ensino no Brasil permitirão, além do mais, a nossos dois compatriotas entrarem em contacto com os núcleos de colonos franceses espalhados no interior do Brasil que nossos cônsules não podem visitar.”^{77 78}

Blondel subvencionou igualmente as edições da Ecole des Hautes Etudes e as reedições de obras científicas, organizadas pelo professor André Ombredana. Durante o mês de abril, duas obras foram publicadas e era previsto, num futuro próximo, a edição de um livro por mês.⁷⁹

Raymond Warnier começou a trabalhar assim que chegou. Quinze dias depois, ele já havia estabelecido um balanço da situação no Rio: França poderia reconquistar suas posições anteriores se colocando numa posição solidária com os brasileiros contra a dominação cultural americana - “Os excessos e o desejo inábil de monopólio da propaganda cultural de certos países estrangeiros provocam em numerosos brasileiros, mesmo amigos desses países uma reação

em nosso proveito”.⁸⁰

Imediatamente Warnier propõe, para a capital do país, a criação dum centro de estudos superiores, forma discreta de um futuro Instituto Francês; a criação de novas Alianças Francesas; aumento dos salários dos professores; e a busca de uma solução à falta de livros e revistas francesas; resgate ou retomada das ações da sociedade do Liceu Franco-Brasileiro do Rio, que, na origem, tinha sido criado graças às subvenções e créditos franceses.

R. Warnier visitou São Paulo para igualmente estabelecer um balanço⁸¹ da situação, que confirmou ser, aproximadamente, a mesma do Rio. Suas primeiras conclusões foram a necessidade de regularizar, imediatamente, a situação administrativa e o aumento do salário dos professores; a constituição de uma sociedade de edição “constituída e controlada” pela Embaixada, que deveria editar de imediato, em Argel, uma geografia do Brasil, escrita por Monbeig, muito oportuna “no plano político tendo em conta a partida anunciada do Corpo Expedicionário Brasileiro”, e um número especial comemorativo do segundo aniversário da Associação Brasileira dos Geógrafos, fundada em 1934 pelo professor Desfontaines.

Se a situação da Aliança Francesa era boa, o Liceu Francês tinha escapado completamente como o Liceu do Rio, ao controle francês, apesar da participação francesa na sua construção e funcionamento. Seu diretor, o professor Georges Raeders, era ao mesmo tempo “asperamente discutido em muitos meios, entre eles os da aliança e da colônia [francesa], e louvado em certos meios brasileiros, para os quais ele parece haver sacrificado um pouco as exigências nacionais. Sua partida em um futuro próximo será, talvez, a melhor solução”. Os colégios religiosos continuaram a ser os sustentáculos essenciais, tendo conseguido “muito mais que “nosso”liceu, manter os alunos num clima francês.”

Enfim, para ele, a Universidade de São Paulo continuava a ser a aliada ideal, sendo a “mais favorável a nossos esforços que a do Rio, mais governamental”.

Com a chegada de R. Warnier, se produz a retomada do cultural, mas, pela primeira vez, por um técnico da cultura que pensava ser necessário adotar os produtos culturais à situação de guerra e de censura, estimular e desenvolver todas as atividades que não eram pouco passíveis às restrições do estado de guerra, como por exemplo os cursos de francês, reorganizar as bibliotecas, eventualmente publicar brochuras, como havia sido feito pela aliança Francesa do rio, que havia começado a publicação de uma série de “cadernos”. A idéia era investir no futuro.⁸²

As instituições e os produtos culturais deveriam ser controlados por um

técnico da cultura. Warnier era contra as conferências organizadas sem o controle dos serviços culturais. Por exemplo, o interventor nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas para o governo de Pernambuco, depois de ter convidado os professores Michel Simon⁸³ e Jacques Lambert a realizarem uma série de conferências, queria fazer o mesmo com o professor F. Strowski. R. Warnier era contra, pois não era

“...desejável que este professor aposentado, já com quase 80 anos, autor de um livro chamado França adormecida, publicado no Rio há dois ou três anos, possa ser considerado como um dos conferencistas suscetíveis de afirmar o papel espiritual da França de amanhã, e que tais viagens, que nós não podemos controlar, sejam capazes de contribuir com algo que não seja um apoio moral incerto a algumas autoridades políticas brasileiras. donde a necessidade, para nós, de dispormos de recursos que nos permitam o envio, a nossas custas, de conferencistas escolhidos por nós para servirem a França.”⁸⁴

O retorno dos professores

A maioria dos professores desejava à França. Blondel tinha compreendido isto e pede, apesar da oposição do governo francês, a volta deles:

“...a maioria de nossos professores manifestam o desejo legítimo de retornar à França depois de nove anos de Brasil em razão do prolongamento da estadia imposta pelas circunstâncias de 1939-1940. É igualmente difícil de se opor de se permitir o retorno deles. Sem prejudicar a nossa política futura e as intenções do governo brasileiro em relação ao futuro do ensino e do revezamento nas cátedras, parece oportuno, de hoje em diante, prever a substituição eventual dos mesmos. Uma ordem de prioridade para uma volta escalonada, a fim de evitar um aparente abandono de posições difíceis de defender e cuja conservação, ou arranjo, pode ser negociado.”⁸⁵

R. Warnier acredita que “o prestígio de nossos mestres no estrangeiro seria comprometido se, qualquer que fosse a razão, se nenhum dentre eles não se reunir às forças francesas combatentes. Nenhum vantagem profissional compensaria esta perda de prestígio.”⁸⁶

Blondel concordava com Warnier. Segundo ele, o prestígio da França nos meios universitários aumentaria com esta prova de que a França inteira se mobilizava no combate.⁸⁷ O embaixador propunha o regresso, como voluntários, dos professores. Suas cátedras seriam ocupadas durante suas ausências por dois suplentes.⁸⁸ Enfim, em agosto de 1944, o Service des Oeuvres⁸⁹ decidiu a volta progressiva dos professores franceses no Brasil. Mas até a liberação da

França eles deveriam ficar nos seus postos.⁹⁰

Na realidade, uma questão de fundo se colocava em relação ao retorno dos professores: o Brasil tinha mudado e Blondel⁹¹ o tinha percebido. O Brasil não precisava mais de professores franceses, a maioria ligados às ciências sociais. No Rio os professores André Ombredane e Charles Bon já haviam sido substituídos por especialistas brasileiros. Nessas condições, era “preferível negociar uma substituição eventual em proveito de novas cátedras”, as cátedras científicas e técnicas deixadas livres em consequência da volta, em 1941, dos professores alemães e italianos.

O adido cultural propõe o envio de “lecteurs” (professores visitantes assistentes) para enfrentar uma futura falta de professores, uma forma de se continuar a ação destes últimos. Isto já tinha adotado pela França nos países da Europa Central, depois da Primeira Guerra.

A propaganda artística

Ainda segundo a visão elitista dos arquitetos da política cultural francesa, a única música digna de representar a França era a música clássica. Madalena Tagliaferro, brasileira, professora de piano no Conservatório de Paris, foi uma eminente embaixadora. De passagem pelo Brasil no momento da “défaite” (a derrota), a pianista aceitou a oferta do governo brasileiro de um contrato por alguns meses e a embaixada francesa no Rio de Janeiro interveio a seu favor junto ao Conservatório de Paris para manter sua cátedra, alegando ‘a excelente propaganda que ela faz em favor da música francesa’.

Outros não tiveram a mesma sorte. Tratava-se do contrato de Edith Piaf e Charles Trenet, projeto de iniciativa privada entre dois empresários: Viggiani, empresário habitual de todas as manifestações francesas no Rio, e Robert Teldy, da sociedade Les spectacles Maurice Roger, de Marselha, representante desses dois artistas. Obrigados a fazerem um pedido de autorização oficial, ou seja, pedido de autorização oficial, ou seja, pedido de concessão de visto de ida e volta, o primeiro se dirige ao embaixador no Rio e, o segundo, a Jean Bourdeillette, do Service des Oeuvres Françaises à l’Etranger. Este Service⁹² toleraria o envio de Charles Trenet, mas era francamente contrário ao de Edith Piaf: “o talento particular desta artista e seu repertório não me parecem de natureza a servir utilmente nossa propaganda no estrangeiro”.

Saint Quentin também duvidava que o repertório desta “chanteuse de café” pudesse servir à influência francesa.⁹³ Contudo, ele não fazia restrições à vinda dela “cujo talento é incontestável”, se na escolha de seu repertório ela

levasse “em conta que a convenção moral, na tela ou no palco, é mais rigorosa no Brasil do que na França”.⁹⁴

Estava tudo pronto, o contrato de Edith Piaff seria de oito semanas. O Brasil autorizou seu cônsul em Marselha a fornecer os vistos necessários para a cantora e sua secretária, e as passagens já haviam sido compradas. Viggiani estava impaciente, só faltavam os vistos de saída do território francês.⁹⁵ Entretanto, o governo francês decidiu⁹⁶ recuar o visto de saída para Edith Piaf, como já havia recusado para os artistas Lucienne Boyer e Jacques Pills. O Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, Charles Boyer, escreveu: “Não me parece, com efeito, que o repertório desses artistas possa, nas circunstâncias atuais, constituir um elemento de nossa propaganda no estrangeiro.”⁹⁷

A decisão encontrou unanimidade em todas as instâncias do governo; Rivière, do Service des Oeuvres Françaises à l’Etranger, J’rôme Carcopino, Secretario de Estado para a Educação Nacioanal e a Juventude, Marcel Peyrouton, embaixador na Argentina, foram todos da mesma opinião.⁹⁸ Para eles, representantes oficiais da ideologia do regime vichy e executores da política do governo, a cultura nessas três dimensões, como influência cultural, como ação cultural ou como propaganda cultural, era uma coisa só: instrumento político.

A presença da brasileira Madalena Tagliaferro continuava a conservar e alimentar, com o seu repertório francês, o gosto e o amor pela música francesa. para o governo gaullista, seu representante, R. Warnier, propõe, em 1945, um projeto com um programa geral de concertos e de obras populares. Este programa, a pedido de Georges Bidault, novo Ministro das Relações Exteriores já instalado em Paris, se define da seguinte forma⁹⁹: a **propaganda artística no Brasil** deveria prever exposições de pintura ou de arte regional, concertos com a participação da Madalena Tagliaferro, e o envio de um grande maestro, para uma ou duas audições consagradas à obra de Fauré, a retomada das atividades musicais e de canto, que seriam organizadas pelo empresário Viggiani. A idéia era trazer vedetes “universalmente conhecidas”, como Maurice Chevalier, além daquelas anteriormente censuradas por Vichy, Charles Trenet, Edith Pia e Lucienne Boyer.

Quanto às atividades teatrais, “só um conjunto de primeira classe, como a “*tournee*” Jouvét de 1940, a Comédie Française ou o Ballet de l’Opéra poderia cobrir suas despesas no mesmo tempo que serviria aos nossos interesses”.

Como a produção cinematográfica francesa era medíocre, R. Warnier sugere os poucos documentários franceses filamados nos Estados Unidos du-

rante a guerra, de qualidade técnica inferior, “mas de grande interesse por causa de seu caráter sensacional, referente à organização da resistência e à vida do “maquis”na Franca, a liberação de Paris e do território, etc.”

Eram necessários conferencistas fora de séir. Dos contactos entre o empresário Viggiani e a Casa do Estudante, os nomes selecionados em primeiro lugar foram : A. Gide, François Mauriac, Maritain, Langeorú, Eve Curie. Em segundo lugar, Malraux, Eluard, J. Curie, Sartre. O objetivo das conferências era o de, proclamando as idéias francesas, contribuir para reafirmar o papel das associações francesas de cultura, “privada durante quatro anos desse necessário apoio.” As conferências contribuiriam igualmente para reagrupar a colônia francesa e “apagar os efeitos de quatro anos de divergências, incertezas e silêncio.”

Na leitura deste programa percebe-se a continuidade espantosa com a política cultural Vichysta. Os objetivos eram os mesmos : utilizar o cultural para a propaganda política e unir a colônia francesa no Brasil. Ceros produtos culturais, anteriormente desprezados por Vichy, como por exemplo os artistas populares, foram integrados na nova estratégia. A propaganda cultural se tornou, com R. Warnier, uma política bem definida. O objetivo era apagar os anos negros da colaboração a todos os níveis, e, paralelamente, criar o mito da resistência.

O novo concorrente que se deve imitar

A propaganda cultural dos Estados Unidos no Brsil era muito ativa e em concorrência com a da França, sobretudo num domínio no qual ela era muito sensível : a língua. O adido cultural francês solicitou à professora Bourliaud, da associação de Cultura Franco-Brasileira de Porto Alegre, um estudo sobre a propaganda norte-americana. Um país que, para os brasileiros, representava já “o máximo do moderno”. Suas conclusões foram ; “o maior fator da expansão americana é o cinema, que transformou completamente a vida, a mentalidade brasileira. Eu conheci, quando cheguei aqui, uma cidade onde reinava a influência portuguesa, onde as mulheres não saíam sozinhas. Hoje, a juventude vive à moda americana e o sonho dos jovens é de compreender e imitar os artistas de cinema.

Esta questão é difícil de enfrentar. O cinema francês, pelo menos o que é exibido aqui, não é feito para realçar nossa influência. Os filmes franceses são absolutamente sem interesse para a juventude, que ama o luxo, a dança, a extravagância. Nada disso se encontra na La bête humaine, Quai des brumes, Le contrôleur des wagons-lits, etc.”¹⁰⁰

Uma nova política cultural ?

Como já vimos, para R. Warnier a ação cultural tinha como único objetivo a propaganda cultural. Ele definia a cultura como englobando “o problema da presença moral e espiritual da França e da difusão do pensamento e do espírito francês no mundo, no sentido mais vasto”.¹⁰¹ Ele tentou definir as grandes questões num programa ¹⁰²de propaganda cultural pela “França de amanhã”. Sua preocupação não era de fazer a publicidade em torno de datas patrióticas, trabalho dos serviços de informação, mas de determinar após os quatro anos da guerra, aquilo “em que a França faltou ao mundo”. Provisoriamente ele levantou como temas de propaganda :

1° “a resistência francesa”;

2° a “liberação” da França. A França definindo-se como potência democrática, estimulava, no Brasil, as lutas pelas liberdades políticas no país;

3° os escritos de Georges Bernanos, sobretudo aqueles onde era definido o papel da França como encruzilhada intelectual das nações, tendo como missão atenuar os conflitos num mundo dividido em direita e esquerda. A publicação desses escritos permitiria estabelecer que, “como em outras etapas de sua história, a França apesar da derrota e a ocupação, tem sido masi uma vez, como em 89, depois das conquistas napoleônicas, do “Affaire Dreyfus” ou da Frente Popular, a semeadora de idéias generosas e de vasto prestígio mundial”;

4° a contribuição intelectual e científica da França através da constituição de um dossiê de textos, artigos, capítulos de obras, lições ou conferências, produzidos pelos universitários e intelectuais franceses, que residiram no estrangeiro, onde fossem explicitadas e definidas essas contribuições;

5° a difusão do que a França tivesse pensado e produzido de enaltecendor nos últimos quatro anos.

Para a realização de todo esse programa, eram necessários jovens com espírito de equipe e devotos à França nova. Verdadeiros profissionais do cultural. R. Warnier sugeriu até se criar, em Paris, uma espécie de grande seminário laico para a formação de todo tipo de agentes destinados ao estrangeiro (professores das Alianças Francesas, agentes da informação, etc).¹⁰³ Ele estava persuadido de que o futuro da expansão cultural francesa era sobretudo ligado “a fidelidade com os grandes princípios da República de 89 a 71”, e de que a França não deveria principalmente desiludir as esperanças dos povos”.¹⁰⁴

O Adido Cultural considerava que a liberação da França tinha criado no Brasil um clima único”. em conseqüência, se deveria agir rapidamente. Para

isso ele elaborou um “anteprojeto de intercâmbios culturais”. Suas idéias estavam sintonizadas com as do novo governo francês que, em 1945, ao transformar o Service des Oeuvres em Direction Générale des Relations Culturelles, definia sua vontade de dar aos negócios culturais um lugar essencial na sua política estrangeira.

4. Conclusão

A guerra foi um momento fundamental que revelou, mais que em outros, as contradições, os conflitos e as alianças mais explícitas. Momento de redefinição da imagem que a França tem dela mesma e da imagem que os outros têm dela. A dimensão universal da cultura francesa serviu neste período como uma arma de propaganda para o Estado e como militantismo patriótico e razão de ser para intelectuais e artistas exercendo suas profissões no estrangeiro, num momento conturbado. Pois, de uma parte, a universalidade era bem-vinda num país onde a influência cultural francesa já era uma tradição e uma marca do “rang” social das elites. E, de outra parte, a **ação cultural** permitiu se conservar em volta do Estado um mínimo de coesão, aproveitar as organizações existentes, as alianças conquistadas, as simpatias garantidas.

O discurso do governo provisório da França era claramente contra as ditaduras. Era necessário apagar da história o período Vichysta, a nova França se identificava com os valores democráticos da Revolução Francesa, com a República. De Gaulle encarnava todos esses valores, aos quais se adicionava o mito da resistência, “nova referência fetiche, quase sagrada”.¹⁰⁵

Foi no plano cultural que se fez a confluência entre os Vichystas e os Gaullistas. Era a França que devia ser salva. “A França não está morta” era o grande “slogan” de todos.

Para os primeiros, porque ela continuava a existir e que depois da purificação moral, intelectual e política da ação da “Révolution Nationale”, ela seria, muito mais que no passado, o foco de uma cultura que teria encontrado novamente suas raízes, cuja divisa era “trabalho, família, pátria”.

Para os segundos, porque, apesar da traição de um grupo de “maus franceses”, ela era e continuaria a ser o que ela sempre foi, a França imortal, tendo como divisa “liberté, égalité, fraternité”. Desta maneira, era na defesa de uma mesma concepção de cultura, amalgamada à idéia de nação, que essas forças, inimigas no plano político, se aproximaram como aliadas.

Toda análise da ação dos intelectuais é delicada. Diversos níveis devem ser tomados em consideração : a criação intelectual, produto da elaboração

livre dos homens; os interesses pessoais, políticos e outros... No entanto, podemos afirmar que os docentes estavam profundamente marcados pelo “messianismo civilizador e ideológico” ao qual fizemos referência no início deste trabalho. Reconhecemos o mesmo militantismo em F. Strowsky e Hugon, do bando vichysta, e em M. Byé e A. Gros, do bando gaullista. Todos eram imbuídos do mesmo “messianismo”, mesmo Roger Bastide, que depois da guerra foi “metamorfoseado” pela sociedade brasileira : “protestante era o Roger Bastide europeu; mas Roger Bastide filho de xangô era brasileiro”.¹⁰⁶

O Brasil, após a guerra, era um país onde as elites tradicionais foram progressivamente afastadas e, em consequência, novos produtos foram necessários para se poder atingir um novo público. Era o momento de consolidação de um verdadeiro **mercado** intelectual num processo de “substituição de importações” no plano cultural.¹⁰⁷ A expansão norte-americana é neste período, a grande rival da influência cultural francesa. Ela é de tipo, incorpora as novas formas de comunicação, principalmente o cinema, o que lhe permite, e talvez resida aí uma das bases de seu êxito e modernidade, disputar também a hegemonia cultural dentro da sociedade, posto que ela seduz a todos, reservando a cada ator social uma parte de sonho e realidade dentro do seu difundido “american way of life”. Ao contrário da influência francesa, que se realiza sobretudo na literatura, no modelo de educação, no teatro, nas operetas, nos produtos de luxo e no próprio conhecimento da língua. Trata-se de um discurso que pretende ser moderno, trazer o progresso, não pretendendo ser “civilizador”.

Abstract: This work deals with universal dimension of the French culture and its influence as an instrument of propaganda for the State as well as for the patriotic militancy of intellectuals and artists working abroad. The French temporary government's discourse was clearly against dictatorships. It was a must to erase from history the Vichyst period. France had established new bonds with the democratic values of the French Revolution and with the Republic.

NOTAS:

* Doutorando da Universidade de Sorbone

¹ Foram utilizados para a realização deste trabalho os Arquivos do Ministério das Relações Exteriores Francês (MAE). As séries consultadas serão ao longo do texto apenas citadas pelas seguintes abreviações entre parênteses: “Série Vichy Amérique 1940-1944” (Série América); “Série Vichy Amérique Oeuvres V-RC-OE” (Série Oeuvres); “Série Guerra 1939/45 Argel CFLN e GPRF” (Série Argel); “Série Guerre

1939/45 Londres CFLN” (Série Londres).

- ² Cf. Actes des Journées des universitaires d’information et de recherche sur stratégie d’expansion et d’implantation des entreprises regionales dans les Amériques Latines, Actas do 11-18/03/1974, Limoges, INRDP/CRDP, 1974, participação de F. Mauro, p. 24.
- ³ MAE, Série Vichy vol. n° 120, teleg. n° 491, St Quentin ao MAE, 29/01/41.
- ⁴ Lista dos docentes franceses no Brasil: 1) Universidades do Rio : Fortunat Strowski, René Poirier, Antoine Bon, Jacques Lambert, André Ombredane, Maurice Byé, André Gros, Victor L. Tapié. 2) Cursos do Liceu Francês do Rio : A. Bon. 3) Universidade de São Paulo : Paul Arbousse-Bastide, Roger Bastide, Paul Alfred Bonzon, Jean Gagé, Paul Hugon, Jean Maugué, Pierre Monbeig. 4) Liceu de São Paulo : Roger Gouze, George Raeders.
- ⁵ Citado por SALON Albert, L’action culturelle de la France dans le monde, Tese de Doutorado, Universidade de Paris I, março de 1981, 3 vol., pp. 188-189.
- ⁶ Cf. SCHWARTZMAN Simon, Tempos de Capanema/Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa. Rio/Paz e Terra; São Paulo/Editora da Universidade de São Paulo, 1984, pp. 205-218.
- ⁷ MAE, “Série des Oeuvres”- 0.50-I e 2 - Nota do Service des Oeuvres de 7/08/34 : citada por SALON Albert, op. cit., pp. 197-199 (grifo no original).
- ⁸ *ibid*, pp. 205-207.
- ⁹ *passim*.
- ¹⁰ *ibid*, p. 339.
- ¹¹ citado por SALON Albert, *ibid*, p. 218.
- ¹² cf. MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, teleg. n° 213, “Duplo” à Rio”, Vichy, 13/09/40; e também MAE, série Oeuvres vol. n° 70, carta n° 167, MAE ao “Secrétaire à l’Instruction Publique”, Vichy, 14/09/40.
- ¹³ A carta de Jacques Lambert estava datada de 15/04/41 e foi enviada por St Quentin como anexo à sua carta de 12/05/41. cf. MAE, Série Oeuvres Vol. n° 70, carta n° 12, St Quentin ao MAE, Rio, 12/05/41.
- ¹⁴ *ibid*.
- ¹⁵ cf. MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta n°185, Henry Gueyraud ao MAE, Rio, 16/10/40
- ¹⁶ cf. MAE, Série Vichy Vol. n° 18A6, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 19/06/41.
- ¹⁷ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta n° 37, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 27/08/41.
- ¹⁸ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta manuscrita de St Quentin, tendo como único destinatário a menção “Cher ami”Rio, 28/09/41.
- ¹⁹ Citado por St Quentin numa carta se solidarizando com os professores, embora criticando a comparação que é feita com o Secretário do Adido Militar. MAE Série Oeuvres vol. n° 70, carta n° 16, St Quentin ao MAE, Rio, 02/09/42.
- ²⁰ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, teleg. n° 511 a 515, St Quentin ao MAE, Rio, 27/09/41.
- ²¹ cf. MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta n° 11, St Quentin ao MAE, Rio, 12/05/41.
- ²² Pelo decreto de 4/12/41 “Monbeig foi promovido da 4ª à 3ª categoria e Maugué da 5ª

- à 4ª “Igualmente seria pedida para Arbousse-Bastide “uma promoção de 3ª à 2ª categoria” cf. MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta n° 20, MAE à Pierrotet, Vichy, 22/12/41.
- ²³ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta n° 13, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 23/02/42.
- ²⁴ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta de Quentin a Pierrotet, Rio, 24/11/41.
- ²⁵ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta n° 197, Pierrotet a St Quentin, São Paulo, 11/12/41.
- ²⁶ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta n° 29, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 29/07/41.
- ²⁷ cf. MAE, Série Vichy vol. n° 116, carta sem n°, Pierrotet ao “Amiral de la Flotte”, 12/07/41, a tradução em francês do artigo acompanha a carta.
- ²⁸ Pierrotet enviou uma cópia do artigo em questão que apareceu no jornal Estado de São Paulo cf. MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta n° 38, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 01/04/42.
- ²⁹ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta n° 46, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 29/05/42.
- ³⁰ MAE, Série Oeuvres vol. n° 96, teleg. n° 1090, Henry Haye ao MAE, Washington, 17/03/42.
- ³¹ cf. MAE, Série Oeuvres vol. n° 96, teleg. n° 150, Peyrouton ao MAE, Buenos Aires, 12/03/42; e também MAE, Série Oeuvres vol. n° 96, teleg. n° 700, Rochat à embaixada francesa em Washington, Vichy, 14/03/42.
- ³² MOURA Gerson, Sucessos e ilusões : relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial, Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio, 1991, p. 12.
- ³³ cf. MAE, Série Vichy vol. n° 122, carta n° 11, St Quentin ao MAE, Rio, 9/06/42; e também MAE, Série Vichy vol. n° 122, teleg. n° 423, MAE a St Quentin (resposta à carta citada acima), Vichy, 10/07/42.
- ³⁴ cf. MAE, Série Vichy vol. n° 185, Nota pela “Sous-Direction Amérique” n° 3273, Vichy, 01/10/42.
- ³⁵ MAE, Série Vichy vol. n° 122, carta n° 11, St Quentin ao MAE, Rio, 09/06/42.
- ³⁶ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta n° 1934, “Secrétaire aux Relations Extérieures” ao “Secrétaire aux Finances” “Le Splendit”, Argel, 16/04/43.
- ³⁷ N.A.: trata-se do professor Maurice Byé.
- ³⁸ N.A.: trata-se do professor André Gros.
- ³⁹ MAE, Série Oeuvres Vol. n° 70, carta n° 2, St Quentin ao General Giraud, Haut Commissaire pour l’Afrique Française (“Secrétariat des Relations Extérieures”), Rio, 10/03/43.
- ⁴⁰ *ibid.*
- ⁴¹ *ibid.*
- ⁴² O apoio é realmente integral. Segundo St Quentin, Oswaldo Aranha teria prometido “com acordo e a ajuda do governo norte-americano”, ajuda financeira para poder manter o funcionamento da Embaixada durante o período de transição, esperando que o General Giraud pudesse enviar os fundos necessários. Cf. MAE, Série Guerre 1939/45 Argel CFLN e GPRN, vol. n° 793, carta n° 6, St Quentin ao General Giraud,

Rio, 11/03/43.

- ⁴³ MAE, Série Guerre 1939/45 Argel CFLN e GPRF, vol. n° 1294, “Notas n° 1344 a 1348 incluídas”, assinadas por Saint Hardouin, Argel, 16/03/43.
- ⁴⁴ MAE, Série Guerre 1939/45 Argel CFLN e GPRF, vol. n° 751, teleg. n° 503, St Quentin a Haussaie Argel, Rio, 06/04/43.
- ⁴⁵ MAE, Série Guerre 1939/45 Argel CFLN e GPRF, vol. n° 751, carta n° 3, St Quentin ao General Giraud, Rio, 10/03/43.
- ⁴⁶ MAE, Série Guerre 1939/45 Argel CFLN e GPRF, vol. n° 751, teleg. n° 57 “Secret”, St Quentin, Rio, 14/06/43.
- ⁴⁷ MAE, Série Guerre 1939/45 Argel CFLN e GPRF, vol. n° 751, teleg. de Ledoux, Rio, 05/06/43.
- ⁴⁸ MAE, Série Argel vol. n° 751, teleg. sem n°, Ledoux a Massigli, 11/10/43.
- ⁴⁹ cf. MAE, Série Argel vol. n° 189 a 191, “Diplofrance Massigli”, 12/10/43; e também a resposta a esse teleg., no mesmo volume, teleg. n° 214.
- ⁵⁰ Cf. MAE, Série Argel vol. n° 1103, teleg. n° 61 ou 7095, “Finalger e Procom” a Blondel, Argel, 08/02/44.
- ⁵¹ MAE, Série Argel vol. n° 1103, “Confidencial” Bulletin d’études et d’informations périodiques sur la situation économique du Brasil” de 16 a 31/01/44, Rio, 15/02/44.
- ⁵² MAE, Série Argel vol. n° 1291, “Etat des relations des pays d’Amérique Latine avec la França”, Nota sem cabeçalho, 13/11/43.
- ⁵³ O Relatório de M. Byé é datado de 05/05/42 em Durban. Cf. MAE, Série Guerre 1939/45 Londres CFLN, vol. n° 235, carta n° 100, “Colonel Peckoff Délégué du Comité National Français en Afrique du Sud” ao “Commissaire National aux Affaires Etrangères” Londres, Pretória, 10/06/42.
- ⁵⁴ *ibid.*
- ⁵⁵ SCHWARTZMAN Simon, op. cit. p. 224.
- ⁵⁶ Série Guerre 1939/45 Londres CFLN, vol. n° 235, “Nota sobre a situação política no Brasil”, janeiro 43, preparada por André Gros em Londres.
- ⁵⁷ *Ibid*
- ⁵⁸ *Ibid.*
- ⁵⁹ O professor F. Strowski foi confirmado como responsável pelo “baccalauréat”. Cf. MAE, Série Argel vol. n° 1621, teleg. sem n°, “Diplofrance” à embaixada Francesa no Brasil, 04/12/44
- ⁶⁰ cf. MAE, Série Vichy “Oeuvres” vol. 70, “Service des Oeuvres”: Nota sobre o ensino francês no Brasil, 06/12/44.
- ⁶¹ Cf. MAE, Série Argel vol. n° 1621, teleg. n° 3, Blondel, Rio, 03/01/44; e também no mesmo vol. a resposta ao teleg. acima, teleg. n° 12, 12/01/44.
- ⁶² O retorno do professor J. Lambert era já previsto. Ele foi restituído pelo preço das passagens marítimas e indenizado pelos gastos de reinstalação. (cf. MAE, Série Argel vol. n° 1621, teleg. n° 311, “Diplo” a Blondel, Argel, 20/12/43). Blondel afirma que : Lambert fez prova de “espírito de disciplina e de abnegação” (cf. MAE, Série Argel vol. n° 278 “Secret”, Blondel ao MAE, Rio, 20/11/43).

- ⁶³ MAE, Série Argel vol. nº 751, teleg. nº 288 “Secret”, Blondel a “Diplofrance”, Rio, 23/11/43.
- ⁶⁴ MAE, Série Oeuvres vol. nº 70, carta nº 35, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 26/03/42.
- ⁶⁵ Por exemplo : Fernando de Azevedo, na sua monumental obra A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil, fez numerosas referências aos escritos de Arbousse-Bastide. Cf. Recenseamento Geral do Brasil (setembro de 1940) Série Nacional Vol. 1 Introdução Tomo 1, Rio, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943.
- ⁶⁶ Este prefácio lhe permitiu fazer o paralelo entre esse técnico francês do século passado, vindo ao Brasil para o “servir”, e sua própria situação atual de “técnico intelectual ao serviço do Brasil”. Para ele o livro de Gilberto Freyre era importante porque “reconstituiu um lado pouco conhecido do “rayonnement” francês fora da França”, sua contribuição técnica. Gilberto Freyre teria com esse livro deixado claro “tudo o este Francês soube aportar ao Brasil de clarividência, de pessoal, de desinteressado e de humano”.
- ⁶⁷ MAE, Série Argel vol. nº 1621, teleg. nº 102, Blondel ao MAE, Rio, 16/03/44.
- ⁶⁸ cf. MAE, Série Argel vol. nº 1621, teleg. nº 108 e 363, Blondel ao MAE, Rio, 18/03/44 e 05/08/44.
- ⁶⁹ MAE, Série Argel vol. nº 1621, teleg. nº 24, Blondel ao MAE, Rio, 21/01/44
- ⁷⁰ MAE, Série Argel vol. nº 1294, teleg. nº 348, Blondel ao MAE, Rio, 26/07/44.
- ⁷¹ MAE, Série Argel vol. nº 1621, teleg. nº 24, Blondel ao MAE, Rio, 21/01/44.
- ⁷² MAE, Série Argel vol. nº 107, Blondel ao MAE, Rio 17/03/44.
- ⁷³ cf. MAE, Série Argel vol. nº 1621, teleg. nº 127, Blondel ao “Service des Oeuvres”, Rio, 31/03/44.
- ⁷⁴ Raymond Warnier tinha sido entre 1922 e 1935 diretor do “Institut Français de Zagreb”, na Iugoslávia, e de 1935 a 1941, diretor do “Institut Français du Portugal”.
- ⁷⁵ Em novembro de 1943 ele tinha pedido a renovação para o ano seguinte das subvenções anuais entregadas aos estabelecimentos franceses. Ele conserva a mesma soma total anterior, 230.000 Frs; fora das subvenções dadas aos professores em missão, em um total anual de 1.870.358,40 Frs. (cf. MAE, Série Argel vol. nº 1621, teleg. nº 282, Blondel ao MAE, Rio, 21/11/43). Ele solicita também outras subvenções, como por exemplo para a publicação de caráter científico da Seção Brasileira da Ecole des Hautes Etudes (por volta de 65.217 Frs). (cf. MAE, Série Argel vol. nº 1621, teleg. nº 286, Blondel ao MAE, Rio, 23/11/43).
- ⁷⁶ Ele requer uma subvenção de 6.000 cruzeiros para cada um, que é concedida. (Cf. MAE, Série Argel vol. nº 1621, teleg. nº 21, Blondel ao “Service des Oeuvres”, Rio, 20/01/44; e também MAE, Série Argel vol. nº 1621, teleg. nº 28 “Service des Oeuvres” a Blondel, Argel, 29/01/44).
- ⁷⁷ MAE, Série Oeuvres vol. nº 70, teleg. nº 21, Blondel ao MAE, Rio, 21/01/44.
- ⁷⁸ Pierre Monbeig preparou um relatório da sua missão de estudos no Nordeste do Brasil entre janeiro e fevereiro de 1944. Os Membros brasileiros desta “excursão”, como ele a chama, eram todos antigos alunos dos professores franceses da

Universidade de São Paulo. Os resultados científicos foram limitados por causa de sua curta duração : “Minha passagem nas grandes cidades foi muito rápida para que fosse possível entrar em contato com os elementos franceses. Não obstante, na Bahia, graças ao meu colega, o professor Roger Bastide, pude encontrar o senhor Souvestre. “cf. MASE, Série Argel Vol. n° 1294, Nota de envio n° 6928, CFLN ao “Service des Oeuvres”, 10/05/44.

⁷⁹ MAE, Série Argel vol. n° 1621, teleg. n° 148, Blondel ao MAE, Rio, 15/94/44.

⁸⁰ cf. Série Oeuvres vol. n° 70, carta de Warnier ao “Service des Oeuvres”, Rio, 31/05/44.

⁸¹ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta de Warnier ao “Service des Oeuvres”, Rio, 24/06/44.

⁸² MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta sem n°, Warnier ao “Service des Oeuvres”, Rio, 04/08/44.

⁸³ O professor Michel deu conferências no Recife que versaram sobre os poetas franceses da “Résistance”, Rimbaud e Verlaine. Pernambuco viveu, segundo ele, nesses dias num clima francês que provocou um projeto cultural concreto : a vinda de professores franceses convidados e pagos pelo governo estadual a cada dois meses. Dois candidatos foram escolhidos, Jacques Lambert e Francis Ruellan. O Secretario de Estado do Interior fixou já os temas das conferências., que seriam pedidas a Jacques Lambert. O professor Simon propõe aumentar a já grande influência francesa em Pernambuco, manifesta nos meios governamentais, na oposição “reunida em volta do economista e escritor Gilberto Freyre, nas velhas famílias brasileiras que tinham os olhos virados para Paris (conhecimento da língua e da literatura francesa, mobiliário comprado na França, casamentos frequentes com franceses) e assim como na Burguesia de formação mais recente, apesar da ausência completa de esforços de nossa parte” (cf. MAE, Série Oeuvres vol. n° 70 carta n° 83, Blondel a Rene Massigli, Rio, 29/06/44).

⁸⁴ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta sem n°, Warnier ao “Service des Oeuvres”, Rio, 04/08/44.

⁸⁵ MAE, Série Argel vol. n° 1621, teleg. n° 351 “Secret”, Blondel ao MAE, Rio, 28/07/44.

⁸⁶ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta sem n°, Warnier, Riio, 24/06/44.

⁸⁷ Blondel assegura que “do ponto de vista da opinião pública brasileira e do efeito produzido sobre os estudantes, o afastamento temporário de um jovem professor francês me parece comportar menos inconvenientes que se ele ficasse no Brasil durante a batalha final da França. O prestígio que desfrutam esses mestres franceses nos meios brasileiros aconselha hoje a sua mobilização efetiva, ainda que isto signifique uma ausência, que não poderá ser muito longa.” MAE, Série Argel vol. n° 1621, teleg. n° 353 “Secret, Blondel ao MAE, Rio, 29/07/44.

⁸⁸ MAE, Série Argel vol. n° 1621, teleg. n° 305, Blondel ao MAE, Rio, 29/06/44.

⁸⁹ MAE, Série Argel vol. n° 1621, teleg. n° 248? “Secret”, Diplofrance a Blondel, Argel, 04/08/44.

⁹⁰ MAE, Série Argel vol. n° 1621, teleg. 259 “Secret”Diplofrance a Blondel, Argel, 12/08/44.

- ⁹¹ MAE, Série Argel vol. n° 1621, teleg. n° 363 “Secret”, Blondel ao MAE, Rio, 05/08/44.
- ⁹² MAE, Série Oeuvres vol. n° 120, carta n°12, MAE a St Quentin, Vichy, 09/10/41.
- ⁹³ MAE, Série Oeuvres vol. n° 120, teleg. n° 469, St Quentin ao “Service des Oeuvres”, Rio, 12/09/41.
- ⁹⁴ MAE, Série Oeuvres vol. n° 120, teleg. n° 625, St Quentin ao MAE, Rio, 22/11/41.
- ⁹⁵ MAE, Série Oeuvres vol. n°, teleg. n° 162 a 168, St Quentin ao MAE, Rio, 02/02/42.
- ⁹⁶ Pesou na decisão a seguinte opinião desfavorável de Hoppenot, Embaixador em Montevidéu : “Não se compreenderá que nós favoreçamos, nas circunstâncias atuais, a exportação de espetáculos de cabaré que não podem servir nem a nossa propaganda artística, nem ao nosso prestígio moral, e que evocarão uma imagem bem afastada de sua aflição e de seu esforço de reabilitação espiritual”. MAE, Série Oeuvres vol. n° 120, teleg. n° 31/32, Hoppenot ao MAE, Montevidéu, 10/02/42.
- ⁹⁷ MAE, Série Oeuvres vol. n° 86, Ch. Rochat à embaixada francesa no Rio, Vichy, 16/02/42.
- ⁹⁸ Cf. MAE, Série Oeuvres vol. n° 120, telegramas n° 31, 32, 86 e 105 e cartas n° 60, 87 e 155.
- ⁹⁹ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta 144, Blondel a Georges Bidault MAE, Rio, 05/12/44.
- ¹⁰⁰ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, Warnier ao “Service des Oeuvres”, Rio, 09/11/44.
- ¹⁰¹ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta sem n°, Warnier ao “Service des Oeuvres”, Rio, 10/11/44.
- ¹⁰² Cf. MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta sem n°, Warnier, Rio, 22/09/44. Sublinhado no original
- ¹⁰³ MAE, Série Oeuvres vol. n° 70, carta sem n°, Warnier a Seyrig “Legation de France à New York”, Rio, 08/11/44.
- ¹⁰⁴ *ibid.*
- ¹⁰⁵ ROUSSO Henry, Le syndrome de Vichy. De 1944 à nos jors, 2ª edição, Paris, Editions du Seuil, 1990, p. 33.
- ¹⁰⁶ Cf. QUEIROZ Maria isaura Pereira de, Les années brésiliennes de Roger Bastide in : Arch. Sc. soc. Rel. n° 40, julho/dez, 1975, pp. 83-86.
- ¹⁰⁷ Cf. MICELI Sergio, Les intellectuels et le pouvoir au Brasil (1920-1945), Collection Brasilia, 1ª edição, Paris/ Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble et Maison des Sciences de l’Homme, 1981, pp. 12-13.